



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria da Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

## REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 4180267272		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) LUCIA STASKIEVICZ			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
SEXO Feminino		REGIME DE BENS (se casado) XXX	
FILHO DE (pai) JOSE STASKIEVICZ		(mãe) CACILDA GOMACH STASKIEVICZ	
NASCIDO EM (data de nascimento) 15/10/1983		IDENTIDADE (número) 90791494	
ORGÃO EMITIDOR SSP		UF PR	
CPT (número) 050.553.589-04		EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) AVENIDA ABEL DESIDERIO DE ARAUJO			
COMPLEMENTO TERREO		BAIRRO/DISTRITO CENTRO	
CEP 87340-000		CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Código de Fonele e Município) 006281 - Marabá	
MUNICÍPIO Marabá		UF PR	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer: A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 022 - ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL LUCIA STASKIEVICZ			
LOGRADOURO (rua, av, etc) AVENIDA ABEL DESIDERIO DE ARAUJO		ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)	
COMPLEMENTO TERREO		NÚMERO 1376	
BAIRRO/DISTRITO CENTRO		CLP 87340-000	
MUNICÍPIO Marabá		CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Código de Fonele e Município) 006281 - Marabá	
VALOR DO CAPITAL - R\$ 15.000,00		VALOR DO CAPITAL - (por extenso) quinze mil reais	
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 7319099 Atividade Secundária		Descrição do Objeto temporário, exceto andaimes	
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 20/08/2014		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 20.878.723/0001-03	
DATA ASSINATURA 06/02/2018		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO 	
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO  PR2180001463469	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

\* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/02/2018 10:52 SOB Nº 201808998434.  
PROTOCOLO: 1808998434 DE 23/02/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11800660817. NIRE: 4180267272.  
LUCIA STASKIEVICZ

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 27/02/2018  
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação

**Tabelionato Messias - Tabelionato de Notas e Protesto**

Hugo Cezar Messias - Agente Delegado

Av. Manoel Francisco da Silva, 555 - Mamborê - PR

Fone/Fax: (44) 3568-1183 - CEP 87340-000 - e-mail: tabmessias@yahoo.com.br

Reconheço firma como verdadeira de: **Lucia Staskievicz**, dou fé, Mamborê, 7 de fevereiro de 2018.

Selo digital nº 8rueD . 69YpA . GRED7

Controle: kJPPA . KWOrw

Consulte este selo em: <http://furiarppa.com.br>

José Willian da Silva Corchak  
CPF 077.353.419-31  
Escrivente



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/02/2018 10:52 SOB Nº 20180898434.  
PROTOCOLO: 180898434 DE 22/02/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11800660817. NIRE: 41802672772.  
LUCIA STASKIEVICZ

Libertad Bogus  
SECRETARIA-GERAL  
CURITIBA, 27/02/2018  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: LUCIA STASKIEVICZ**  
**CNPJ: 20.878.723/0001-03**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:51:35 do dia 19/06/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/12/2018.

Código de controle da certidão: **BF12.6C09.1685.433F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Receita do Estado

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 019183812-54**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **20.878.723/0001-03**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 06/04/2019 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



# MUNICÍPIO DE MAMBORÊ

Estado do Paraná - CNPJ 75.368.928/0001-22

Rua Guadalajara, 645 - Fone [44] 3568-8000 - Fax [44] 3568-1149

Fax compras [44] 3568-2222 - Caixa Postal, 01 - CEP: 87340-000

e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 2012/2018

### [CONTRIBUINTE]

Requerente

Contribuinte LUCIA STASKIEVICZ

225533

CNPJ/CPF: 20.878.723/0001-03

Endereço: AVENIDA ABEL DESIDERIO DE ARAUJO, 1376

Bairro: CENTRO

Cidade: MAMBORÊ

Estado: PR

CEP: 87.340-000

### [FINALIDADE]

Para fins Diversos.

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos Órgãos competentes desta Prefeitura, sobre a pessoa Jurídica/Física NÃO CONSTAM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, vencidos, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas sobre a Pessoa Jurídica/Física acima identificada que vierem a ser apuradas.

A presente CERTIDÃO é válida sem rasuras até **11/02/2019** e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

MAMBORÊ - PR, 11 de dezembro de 2018

Código de Autenticidade  
WGT211203-000-KJZNOY-282221411



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 20878723/0001-03  
**Razão Social:** LUCIA STASKIEVICZ 05055358904  
**Nome Fantasia:** M S ENVENTOS  
**Endereço:** AV ABEL DESIDERIO DE ARAUJO 1376 TERREO / CENTRO / MAMBORE / PR / 87340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/11/2018 a 21/12/2018

**Certificação Número:** 2018112204351812500824

Informação obtida em 07/12/2018, às 08:34:19.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: LUCIA STASKIEVICZ

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 20.878.723/0001-03

Certidão nº: 163970432/2018

Expedição: 07/12/2018, às 08:35:32

Validade: 04/06/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e      q u e      **L U C I A      S T A S K I E V I C Z**  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**20.878.723/0001-03, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA D E MAMBORE**

OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS  
AV. MANOEL FRANCISCO DA SILVA - CENTRO  
MAMBORE/PR - 87340000

**TITULAR**  
VERA LUCIA PEDROSO

**Certidão Negativa**

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial, FALÊNCIA E CONCORDATA), FAZENDA (Fazenda Pública Juizado Especial), EXECUTIVO FISCAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra :

**LUCIA STASKIEVICZ**

CNPJ 20.878.723/0001-03, com sede neste município e Comarca de Mamborê, Estado do Paraná, no período compreendido desde 29/07/1988, data de instalação deste cartório, até a presente data.



MAMBORE/PR, 12 de Dezembro de 2018

  
VERA LUCIA PEDROSO

**03672950/0001-50**

Mamborê - Cartório do Distribuidor  
e Anexos

AV. MANOEL FRANCISCO DA SILVA, 985  
CENTRO - CEP 87340-000  
MAMBORE - PR





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.878.723/0001-03 MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 20/08/2014
NOME EMPRESARIAL LUCIA STASKIEVICZ				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) M S EVENTOS				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)				
LOGRADOURO AV ABEL DESIDERIO DE ARAUJO		NÚMERO 1376	COMPLEMENTO TERREO	
CEP 87.340-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MAMBORE	UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 9958-6087		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 12/12/2018 às 16:08:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

**CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 095/2018**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2018**

Que entre si celebram o município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa **LUCIA STASKIEVICZ**, com sede na Av. Abel Desiderio de Araujo, 1376 - centro - Mambore - PR inscrita sob o CNPJ de n.º 20.878.723/0001-03, neste ato representado pela sua sócia administradora a Sra Lucia Staskiewicz, brasileira, solteira, empresária, portadora da RG n.º 90791494 SSP/PR e inscrita no CPF sob n.º 050.553.589-04, doravante denominada CONTRATADA, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**Cláusula Primeira** – do objeto - Locação de palco destinado as festividades de fim de ano do Município de São José das Palmeiras

**Cláusula Segunda** – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto a Dispensa de Licitação n.º 015/2018, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 7.950,00 ( sete mil, novecentos e cinquenta reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos materiais/serviços. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 07 de Fevereiro de 2019, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	360	03.001.04.122.0002.2018	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

**Cláusula Quinta** - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

*Lucia*





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Clausula Sexta:** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Sétima:** A Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

**Cláusula Oitava:** O palco deverá ser entregue/montado pela empresa contratada, até as 10:00 do dia 31/12/2018.

**Cláusula Nona** - Da fiscalização - A Execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, Sr. Dgessica Caroline Niederle, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

**Cláusula Décima** - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

**Cláusula Décima Primeira** - O Edital da licitação fica fazendo parte integrante do presente Contrato.

**Cláusula Décima Terceira** - Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

*Luiza*





ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

- b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

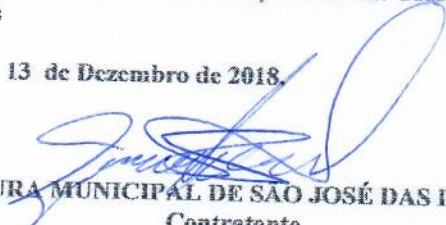
1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

2. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**Cláusula Décima Quarta - Do foro** - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas

São José das Palmeiras, em 13 de Dezembro de 2018.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
Contratante









ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

*Lucia Staskiewicz*  
LUCIA STASKIEWICZ  
Contratada

Testemunhas:

---



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 095/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 015/2018.**

**OBJETO:** Locação de palco destinado as festividades de fim de ano do Município de São José das Palmeiras

**CONTRATANTE:** Município de São José das Palmeiras.

**CONTRATADA:** LUCIA STASKIEVICZ

**VALOR:** R\$ 7.950,00 ( sete mil, novecentos e cinquenta reais) até término do contrato.

**VIGÊNCIA:** O presente contrato expira-se em 13 de Fevereiro de 2019.

São José das Palmeiras, em 13 de dezembro de 2018.

  
**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal





Município de São José das Palmeiras - 2018  
Mapa da Licitação  
Processo dispensa 15/2018

Exatidão

Data abertura: 13/12/2018	Data julgamento: 13/12/2018	Data homologação:	CNPJ: 20.878.723/0001-03		
Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca	
Lote 001 - Lote 001					
001	SERV	1,00	7.950,00 *		
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR			7.950,00		
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR					

**CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 095/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 015/2018.**

**OBJETO:** Locação de palco destinado as festividades de fim de ano do Município de São José das Palmeiras  
**CONTRATANTE:** Município de São José das Palmeiras.  
**CONTRATADA:** LUCIA STASKIEVICZ  
**VALOR:** R\$ 7.950,00 ( sete mil, novecentos e cinquenta reais) até término do contrato.  
**VIGÊNCIA:** O presente contrato expira-se em 13 de Fevereiro de 2019.

São José das Palmeiras, em 13 de dezembro de 2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Reginaldo Vieira

Código Identificador:513B5103

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO / PROCESSO LICITATORIO N.º  
063/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2018**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATORIO N.º 063/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2018**

A Prefeitura do Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, Comunica os interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, visando a " **aquisição de 01 (um) trator agrícola, para atender a Secretaria de Desenvolvimento Economico do município de São José das Palmeiras** ", conforme descrito e especificado no Edital.

Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário do Item;

Data de abertura dos Envelopes: 17/01/2019.

Horário limite para protocolo dos Envelopes: 09:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal.

O edital completo com seus respectivos anexos, poderá ser obtido, junto a Divisão de Licitações desta Prefeitura, sito a Rua Marechal Castelo Branco, 979, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, informações complementares pelo telefone (45) 32591150.

São José das Palmeiras, 18/12/2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Reginaldo Vieira

Código Identificador:0EF8E93A

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU  
RESOLUÇÃO N.º 03, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018.**

Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, expressão legítima da Democracia representativa, aprovou e o seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Esta Resolução aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu.

Art. 2º - O Regimento Interno da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu passa a vigorar na conformidade com o texto que integra esta Resolução.

Parágrafo único - As referências, quando não identificado o ato legal, referem-se a dispositivos do Regimento Interno.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as Resoluções n.ºs 12/1993, 01/1999, 22/2000, 10/2001, 13/2001, 10/2002 e 22/2006.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 17 de Dezembro de 2018.

<b>RENATO BRAVO</b>	
Presidente Da Câmara Municipal	
<b>FRANCISCO COELHO PRATES</b>	<b>JOSÉ AROLDO MALVESTIO</b>
Primeiro Vice Presidente	Segundo Vice Presidente
<b>ENIO GONZAGA NEVES</b>	<b>FERNANDO LUIZ FRISSO</b>
Primeiro Secretário	Segundo Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU  
Estado do Paraná**

**REGIMENTO INTERNO**

**TÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I  
DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 1º - A Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu é composta de vereadores, representantes do povo São Pedrense, eleitos, na forma da Constituição Federal e da legislação específica, para legislatura de 04 (quatro) anos.

Art. 2º - A Câmara Municipal desempenha suas atribuições mediante o exercício das seguintes funções, fundamentais e complementares, que lhe são inerentes:

I - organizante, que compreende a elaboração, aprovação e promulgação da Lei Orgânica do Município e de suas emendas;  
II - institucional, segundo a qual a Câmara:

a) elege sua Mesa;  
b) procede à posse dos vereadores, do prefeito e do vice-prefeito, tomando-lhes compromisso e recebendo, publicamente, sua declaração de bens;

c) zela pela observância dos preceitos legais e constitucionais, representando ao Poder Judiciário contra ato do prefeito que os transgrida.

III - legislativa, que consiste em deliberar sobre matérias da competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado;

IV - fiscalizadora, exercida, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, nos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial;

V - julgadora, que ocorre nos casos em que julga as contas municipais e demais responsáveis por bens e valores, processa e julga o prefeito, seu substituto legal e os vereadores, respectivamente, por infrações político-administrativas e faltas ético-parlamentares, pelo escrutínio aberto;

VI - administrativa, exercitada através da competência de proceder à organização de sua estrutura, seu quadro de pessoal e seus serviços;

VII - auxiliadora ou de assessoramento, que consiste em sugerir ao Executivo medidas de interesse público da alçada do Município.

**CAPÍTULO II  
DA SEDE**

Art. 3º - A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de São Pedro do Iguaçu, Estado do Paraná.

Parágrafo único - Pode a Câmara Municipal, por motivo de conveniência pública, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso no território do Município de São Pedro do Iguaçu, mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos vereadores e aprovação por maioria simples.

**CAPÍTULO III**



**Art.13** - Os Orçamentos do Fundo de Saúde, Fundo de Assistência Social, Fundo de Habitação, Fundo de Defesa Civil, Fundo de Defesa a Criança e Adolescente, Fundo de Educação e Fundo de Defesa ao Idoso e a Mulher, compõem o Orçamento Geral do Município, como Unidades Orçamentárias Específicas.

**Art.14** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

**Art. 15** - Em decorrência das mudanças na contabilidade aplicada ao setor público, instituídas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica o Executivo municipal autorizado a:

I - Adequar as naturezas de despesa e fontes de recurso conforme reestruturação promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

II - Adequar a numeração dos órgãos e unidades orçamentárias conforme normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

III - Adequar as contas de receita conforme as fontes de recurso e de acordo com o plano de contas emitido pelo Secretário do Tesouro Nacional (STN) e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

IV - Adequar os programas de trabalho conforme as fontes de recurso, no anexo "Quadro de Detalhamento da Despesa".

**Parágrafo único** - As modificações descritas no caput deste artigo não implicarão a alteração das receitas e despesas aprovadas por esta Lei.

#### **TÍTULO IV** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.16** - Esta lei entrará em vigor em 1º (primeiro) de Janeiro de 2019.

*Edifício da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista – Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 2018. 58º da Emancipação Política do Município.*

**PEDRO SERGIO KRONÉIS**  
Prefeito do Município

**Publicado por:**  
Ronny Carvalho da Silva  
**Código Identificador:**38F28E1F

#### **ESTADO DO PARANÁ** **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PORTARIA Nº 237/2018 - DESIGNA SERVIDORA PARA SER REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS / PR JUNTO AO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PORTARIA Nº 237/2018**  
**DATA:** 13 de Dezembro de 2018

**SÚMULA:** Designa servidora para ser representante do Município de São José das Palmeiras – PR junto ao Ministério dos Direitos Humanos e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em especial o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, resolve:

**Art. 1º** - Designar a servidora DGESSICA CAROLINE NIEDERLE para representar o Município de São José das Palmeiras - PR junto ao Ministério dos Direitos Humanos – MDH.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, 13 de Dezembro de 2018.

**Publicado por:**  
Reginaldo Vieira  
**Código Identificador:**CC3D3B4B

#### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** **PROCESSO LICITATORIO Nº 062/2018 - TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2018**

PROCESSO LICITATORIO Nº 062/2018  
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2018

Com fundamento no inciso II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, dispense a licitação em favor da empresa **LUCIA STASKIEVICZ**, localizada na Av. Abel Desiderio de Araujo, 1376 - centro - Mambore - PR, inscrita sob o CNPJ de nº 20.878.723/0001-03, para a Locação de palco destinado as festividades de fim de ano do Município de São José das Palmeiras.

**São José das Palmeiras, 13 de dezembro de 2018.**

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Reginaldo Vieira  
**Código Identificador:**6F31B230

#### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR - EXTRATO DE DISPENSA Nº 015/2018**

EXTRATO DE DISPENSA Nº 015/2018

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

Locação de palco destinado as festividades de fim de ano do Município de São José das Palmeiras.

Fundamento legal: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Contratada:

Empresa: **LUCIA STASKIEVICZ**

Endereço: Av. Abel Desiderio de Araujo, 1376 - centro

Cidade: Mambore - PR

CNPJ/MF: 20.878.723/0001-03

Preço: R\$ 7.950,00 ( sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Prazo: O palco deverá ser entregue/montado pela empresa contratada, até as 10:00 do dia 31/12/2018 e a vigência do contrato é de 60 dias.

**São José das Palmeiras, 13 de Dezembro de 2018.**

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Reginaldo Vieira  
**Código Identificador:**03EEA54B

#### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** **HOMOLOGAÇÃO**

#### **HOMOLOGAÇÃO**

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação a Dispensa de Licitação nº 015/2018, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Locação de palco destinado as festividades de fim de ano do Município de São José das Palmeiras.



A empresa vencedora foi: **LUCIA STASKIEWICZ**, com o valor total de R\$ 7.950,00 ( sete mil, novecentos e cinquenta reais). Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 13 de Dezembro de 2018.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Reginaldo Vieira  
Código Identificador:0778ABCF

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS**  
**EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO**

**1ª PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - PP 053/2018 - CONTRATO 133/2018**

**PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU e D. MIRANDA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA**

De acordo com a previsão do Art. 57, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado o contrato em questão em 06 (seis) meses. O prazo de vigência passa a vigorar até 30 de junho de 2019. As demais cláusulas do Contrato permanecem inalteradas. Termo aditivo firmado em 13 de dezembro de 2018.

**1ª PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - PP 053/2018 - CONTRATO 134/2018**

**PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU e ENEDILSON PEREIRA DE ASSIS 96482753949**

De acordo com a previsão do Art. 57, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado o contrato em questão em 06 (seis) meses. O prazo de vigência passa a vigorar até 30 de junho de 2019. As demais cláusulas do Contrato permanecem inalteradas. Termo aditivo firmado em 13 de dezembro de 2018.

**1ª PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - PP 053/2018 - CONTRATO 135/2018**

**PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU e GASPERINIE CIA LTDA**

De acordo com a previsão do Art. 57, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado o contrato em questão em 06 (seis) meses. O prazo de vigência passa a vigorar até 30 de junho de 2019. As demais cláusulas do Contrato permanecem inalteradas. Termo aditivo firmado em 13 de dezembro de 2018.

**1ª PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - PP 053/2018 - CONTRATO 136/2018**

**PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU e LORACI PORFIRIO DOS SANTOS SALES - ME**

De acordo com a previsão do Art. 57, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado o contrato em questão em 06 (seis) meses. O prazo de vigência passa a vigorar até 30 de junho de 2019. As demais cláusulas do Contrato permanecem inalteradas. Termo aditivo firmado em 13 de dezembro de 2018.

**1ª PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - PP 053/2018 - CONTRATO 137/2018**

**PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU e VACCARIN & ALFF LTDA - ME**

De acordo com a previsão do Art. 57, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogado o contrato em questão em 06 (seis) meses. O prazo de vigência passa a vigorar até 30 de junho de 2019. As demais cláusulas do Contrato permanecem inalteradas. Termo aditivo firmado em 13 de dezembro de 2018.

Publicado por:  
Renata de Lima Barbosa  
Código Identificador:76F7503E

**GABINETE PREFEITO**  
**LEI Nº 984, 13 DE DEZEMBRO DE 2018**

**LEI Nº 984, 13 de dezembro de 2018.**

Institui o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar e dá outras providências.

**O POVO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Capítulo I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica instituído no Município de São Pedro do Iguaçu - Estado do Paraná o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no Art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, determinada pela autoridade competente.

Art.2º Para os efeitos desta lei considera-se:

- I - acolhimento: medida protetiva prevista no Art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;
- II - família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;
- III - família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;
- IV - família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;
- V - família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;
- VI - bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

**Capítulo II**  
**DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR**

Art. 3º O Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

- I - garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;
- II - atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III - proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;
- IV - contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;